

Economia Social e Pública

LUCCA SIMEONI PAVAN
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2018

Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)

Economia Social e Pública

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E19 Economia social e pública [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-27-7
DOI 10.22533/at.ed.277180409

1. Cooperativismo – Brasil. 2. Economia social. I. Pavan, Lucca Simeoni.

CDD 334.0944

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O estudo da economia tem como foco principal estudar as relações de eficiência da escolhas dos agentes. Este ramo da ciência trata da obtenção da melhor escolha por parte dos agentes econômicos dada as restrições que eles enfrentam. Em sua grande maioria, os estudos econômicos e, por sua vez, as decisões de políticas consequentes destes estudos, falham quando não levam em conta os impactos sociais de tais escolhas econômicas e como tais políticas transbordam para outros segmentos da sociedade que não foram vislumbrados no momento de formulação e aplicação de determinada política.

Estudos econômicos que coloquem ao centro questões sociais e públicas no conjunto de fatores influenciados por políticas e decisões econômicas são de fundamental importância na construção de uma sociedade próspera, justa e organizada. Por este fato, este livro compila excelentes estudos que abordam questões sociais e questões públicas conjuntamente com o ferramental propiciada pela ciência econômica. A ênfase principal dos artigos é tratar especificamente da economia solidária, e quais suas aplicação e interpretações de fenômenos econômicos esta metodologia proporciona e quais são suas contribuições para a interpretação das relações econômicas e sociais.

Nesta coletânea os estudos abordam as mais diferentes regiões do Brasil, tratando de questões regionais e da desigualdade econômica existente em nosso país. A localização é um fator destacado dentre os trabalhos contidos aqui. Por meio da Economia Solidária, estudou-se tanto a região urbana quanto a região rural, mostrando que a utilização da teoria da economia Solidária pode incorporar diversos aspectos da organização territorial. Outro aspecto relevante estudado são as questões econômicas e jurídicas referentes ao mercado de trabalho, que foram abordadas por meio das teorias Econômicas voltadas para as questões sociais e de interesse público.

Por fim, esta coletânea vem contribuir imensamente com o estudo da Economia Social e Pública, principalmente ao que se refere à questões de Economia Solidária e Arranjos ou Associações Produtivas. Sem dúvida o leitor terá em mãos excelentes referências para identificar temas de estudo, referências para pesquisas e autores identificados com o tema.

Lucca Simeoni Pavan
Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SENTIDOS DO TRABALHO: UMA PERSPECTIVA DE TRABALHADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Gabriela Comissario Santos Susana Iglesias Webering	
CAPÍTULO 2	22
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: INTEGRANDO SOCIEDADE E ACADEMIA	
Roberto André Polezi Eduardo Avancchi Dionisio	
CAPÍTULO 3	36
TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE OSTRAS DE CANANÉIA: TRADUÇÕES E RESILIÊNCIA	
Ingrid Cabral Machado Newton José Rodrigues da Silva	
CAPÍTULO 4	64
O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	
Elenize Freitas Avelino Roberta Monique da Silva Santos	
CAPÍTULO 5	70
CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NATAL - RN NA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIADOS: UM ESPAÇO DE INCLUSÃO FAMILIAR, SOLIDARIEDADE E SUSTENTABILIDADE?	
Rivânia Maria Pinto Rodrigues Gonzalez Canejo Erika Araújo da Cunha Pegado	
CAPÍTULO 6	79
ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS ORGÂNICOS DE BOA VISTA – RR (HORTIVIDA): PLANTANDO E COLHENDO SOB A ÉTICA DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA.	
Dayana Machado Rocha Cleane da Silva Nascimento Márcia Teixeira Falcão Emerson Clayton Arantes	
CAPÍTULO 7	92
MODELO TEÓRICO DE ORGANIZAÇÃO PARA A PRODUÇÃO COLETIVA DE ARTESANATO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ARTESÃS DA ÁREA RURAL DE MONGAGUÁ/SP ¹	
Newton José Rodrigues da Silva Marisa Vicente Catta-Preta Thais Maria Muraro Silva Mariany Martinez dos Santos	

CAPÍTULO 8	124
LAVANDERIA 8 DE MARÇO, SANTOS/SP: UMA EXPERIÊNCIA DE VALORIZAÇÃO DE MULHERES	
Márcia Silveira Farah Reis	
Newton José Rodrigues da Silva	
CAPÍTULO 9	159
ECONOMIA SOCIAL SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS	
ECONÔMICOS LOCAIS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO,	
MANAUS, AMAZONAS	
Duarcides Ferreira Mariosa	
Luciana Melo Felix da Silva	
CAPÍTULO 10	168
ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS, LEGAIS E TRIBUTÁRIOS DOS EMPREENDIMENTOS	
SOLIDÁRIOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
Arlete Cândido Monteiro Vieira	
Roney Rezende Rangel	
CAPÍTULO 11	186
QUADRO TEÓRICO DE APOIO À ATUAÇÃO DE EXTENSIONISTAS PARA O FORTALECIMENTO	
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Newton José Rodrigues da Silva	
Abelardo Gonçalves Pinto	
Edna Ferreira Maddarena Lopez	
Olivier Mikolasek	
SOBRE O ORGANIZADOR	222

O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Elenize Freitas Avelino

Universidade Feral do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Manaus - Amazonas.

Roberta Monique da Silva Santos

Universidade Feral do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Manaus - Amazonas.

RESUMO: A Amazônia é um bioma rico em sóciobiodiversidade cuja importância se estende além dos limites do território brasileiro. Os serviços ambientais por ele prestados alcançam magnitude global. Com base nisso, pensar em estratégias para contribuir na manutenção deste bioma é de fundamental importância para a continuidade de serviços ambientais essenciais a vida. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar o pagamento por serviços ambientais como contribuição para a sustentabilidade em Unidade de Conservação tendo como base para o estudo o Programa Bolsa Floresta, do Estado do Amazonas. A pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa e estudo de caso com utilização de dados secundários originários de relatórios de atividades da FAS, bem como bibliografias sobre o tema. Foram utilizados dados dos Relatórios

de Atividades de 2013 a 2016, disponíveis no site da FAS.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade; Comunidades Tradicionais; Amazônia.

INTRODUÇÃO

A preocupação da humanidade com as questões ambientais pode ser caracterizada como algo recente. Esta apreensão com tais questões vêm se alastrando devido a iminente ameaça das mudanças climáticas à civilização. De modo a remediar tais questões, inúmeras iniciativas de comando e controle foram desenvolvidas no intuito de solucionar, ou ao menos retardar, a rapidez com que a degradação ambiental tem se intensificado. Apesar da coerção que tais normas exerciam seu controle não era pleno pois o desmatamento continuava a avançar. Tornou-se necessário encontrar-se um modo dos povos tradicionais aderirem de modo voluntário a preservação ambiental. É nesse aspecto que se insere o Pagamento por Serviço Ambiental (PSA).

O PSA consiste em uma forma de remuneração voluntária para um determinado recurso bem definido em que para a sua manutenção deva haver pelo menos um usuário-pagador e pelo menos um provedor-

recebedor (WUNDER, 2008).

A remuneração dada a esse povos pode ocorrer através da criação de determinados fundos específicos (sejam eles nacionais ou internacionais), por meio de mercado de capitais (créditos de carbono), através de subsídios tributários (ICMS ecológico) e, também, por negociações internacionais. No que diz respeito aos tipos de PSA existentes, podemos elencá-los em duas categorias: na primeira os provedores dos serviços são pagos pelo próprio usuário-pagador, e na segunda o pagamento pode ser feito por terceiros, geralmente quem o faz é o governo por meio de determinados fundos.

Pagiola, Glehn e Taffarello (2013) afirmam que os PSAs pagos por governos são considerados pouco eficientes apesar de cobrirem áreas muito vastas. Isso se dá pelo fato de o governo não possuir o controle total daquelas áreas, no que diz respeito ao alcance de sua fiscalização.

Apesar disso, a atração exercida pelo PSA vem acumulando inúmeros defensores. Tal fato ocorre por conta de sua eficiência atrelada a sua sustentabilidade. A primeira é admitida quando se compara benefícios com os custos, onde os primeiros são bem mais significativos. A sustentabilidade não depende exclusivamente da disponibilidade do governo ou de doadores. Ela é atingida a partir do interesse e da colaboração dos usuários e dos provedores.

Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar o pagamento por serviços ambientais como contribuição para a sustentabilidade em Unidade de Conservação tendo como base para o estudo o Programa Bolsa Floresta, do Estado do Amazonas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A idéia de se remunerar um serviço ambiental surgiu nos países tidos como desenvolvidos, EUA e Austrália, onde se remunerava os proprietários de terra para que fizessem uma exploração e um manejo de recursos naturais de maneira segura através de pagamentos diretos oriundos de um contrato. A partir daí, tais práticas foram disseminadas mundo afora, sendo utilizadas e aperfeiçoadas por países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e da Costa Rica (WUNDER, 2008).

Inúmeras iniciativas de PSA passaram a ser desenvolvidas, com financiamento de governos ou por entidades internacionais, beneficiando tanto os provedores-recebedores através dos incentivos econômicos como a sociedade no geral pela perpetuação dos recursos naturais. Diante disso, cabe agora analisar algumas experiências de PSA no mundo e também no Brasil, respectivamente.

Na cidade de Chiapas, região Sul do México, desenvolveu-se um projeto denominado Scolel Té. Os beneficiários deste projeto são os indígenas que recebem um pagamento através do Fundo Bioclimático e Plan Vivo. Tal fundo é utilizado para se administrar os recursos oriundos da venda de créditos de carbono. No caso da Costa Rica foi implementado em 1997 o PSA-CR (conservação/recuperação) de

modo a se reduzir os índices de desmatamento do país. Sua gestão foi realizada por meio do sistema FONAFIF- Fundo Nacional de Financiamento Florestal. Este fundo recompensa a preservação da biodiversidade, das paisagens, da água e o seqüestro de carbono. Os principais beneficiários são a sociedade costarriquenha, os usuários da água e a sociedade como um todo. O pagamento é realizado através de um decreto presidencial que estabelece valores diferenciados para cada modalidade de PSA.

No âmbito brasileiro, o destaque é dado ao Programa Bolsa Floresta (PBF), do estado do Amazonas. Tal programa consiste em um método de Redução do de Emissões Derivadas do Desmatamento e Degradação (REDD+). Conforme Viana et al., (2012) o objetivo desse programa é compensar as populações tradicionais, através de renda e desenvolvimento sociais, por preservarem as florestas possibilitando a disponibilidade dos serviços ambientais no âmbito global e local.

Segundo Pagiola, Glehn e Taffarello (2013) “por meio do PBF, reconhece-se que a conservação ambiental é feita pela atitude das pessoas, especialmente daqueles que vivem no interior da floresta: os guardiões da floresta”. Essas pessoas recebem uma remuneração no valor de R\$50,00 mensais entregue as mães de família, compromissadas com o desmatamento zero em áreas primárias. O programa já atendeu 35 mil pessoas, situadas em 15 Unidades de Conservação, presentes em uma área de 10 mil hectares.

MATERIAIS E MÉTODOS

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro foi criada através da Lei no 3.355 de 2008 (BRASIL, 2008). Com cerca de 103 mil hectares, abrange 19 comunidades com 559 famílias que tem como principais atividades econômicas a pesca e a agricultura (FAS, 2016).

A pesquisa pode ser caracterizada como quali-quantitativa e estudo de caso com utilização de dados secundários originários de relatórios de atividades da FAS, bem como bibliografias sobre o tema. Foram utilizados dados dos Relatórios de Atividades de 2013 a 2016, disponíveis no site da FAS.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Programa Bolsa Floresta (PBF) é uma política pública estadual instituída pelo Governo do Amazonas em 2007 e sua implementação foi iniciada pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), em setembro de 2007, e passou a ser realizada pela FAS a partir de março de 2008 (FAS, 2016).

Seu objetivo é instituir o pagamento por serviços e produtos ambientais às comunidades tradicionais pelo uso sustentável dos recursos naturais e incentivo às ações voluntárias de redução de desmatamento.

Dentre o aporte de recursos financeiros, tem-se o Fundo Amazônia cujos

recursos são utilizados na geração de atividades produtivas sustentáveis e no apoio ao associativismo das populações beneficiadas. Os recursos do Fundo Amazônia permitem que o número de famílias beneficiadas pela FAS recebam suporte adicional para os componentes de geração de renda e associativismo com extensão dos recursos da FAS para programas de apoio ao Bolsa Floresta (FAS, 2009).

De acordo com dados disponíveis no Relatório de Atividades do Fundo Amazônia (2016), foram disponibilizados R\$ 35.000.000,00 ao Bolsa Floresta.

Os recursos financeiros destinados ao projeto são repassados integralmente aos beneficiários finais, que são as comunidades tradicionais de baixa renda (FAS, 2009).

Na RDS Rio Negro foram realizados investimentos através do PBF, sendo o Bolsa Floresta Familiar, o que recebeu maior investimento durante o período analisado (4 anos).

Ano	Familiar	Renda	Social	Associação	Total
2013	R\$ 293.500	R\$ 260.982	R\$ 138.823	R\$ 42.033	R\$ 735.338
2014	R\$ 293.700	R\$ 107.408	R\$ 88.685	R\$ 28.134	R\$ 517.928
2015	R\$ 284.350,00	R\$ 281.076,56	R\$ 130.259,86	R\$ 32.927,62	R\$ 728.614,04
2016	R\$ 375.350,00	R\$ 34.347,21	R\$ 65.581,34	R\$ 40.705,00	R\$ 515.983,55

Tabela 1. Investimentos

Fonte: Relatório de Atividades, FAZ.

Além do valor em dinheiro recebido pelas famílias, também são realizados investimentos em infraestrutura e equipamentos para as comunidades atendidas pelo Programa (Tabela 2).

Ano	Infraestrutura comunitária	Bens (motor, motosserra, canoa, outros)
2013	150	525
2014	39	209
2015	0	519
2016	19	231

Tabela 2. Infraestrutura comunitária

Fonte: Relatório de Atividades, FAZ.

Para Santos (2010), “o Programa Bolsa Floresta tem o papel de um incentivo econômico para a conservação da floresta, apresentado pela FAS como um mecanismo de remuneração pela prestação de serviços ambientais”.

Os Serviços ambientais, segundo Seiffert (2009), são as atividades, produtos e processos que a natureza nos fornece e que possibilitam que a vida como conhecemos possa ocorrer sem maiores custos para a humanidade.

Santos (2010) comenta sobre a relação dos pagamentos por serviços ambientais e seus reais efeitos sobre seus participantes no caso as populações tradicionais, que são desprovidos e sofrem de um descaso público/estatal desde os tempo da

colonização.

Ao contrário dos PSAs existentes, o programa tem como característica a injeção de recursos antes da verificação do provisionamento do serviço ecossistêmico. Realiza o pagamento, a compensação e os investimentos antecipadamente, de modo a estimular os beneficiários do programa (SANTOS, 2010). Segundo dados da FAZ(2016) foram beneficiadas cumulativamente de 2013 a 2016, 7962 pessoas (Tabela 03).

Ano	Comunidades	Bf Renda, Social, Associação e Familiar	Bf Renda e Social	Total de Famílias Beneficiadas Pelo Pbf	Total de Pessoas Beneficiadas
2013	19	490	70	560	1901
2014	19	490	69	559	1907
2015	19	463	94	557	1903
2016	19	635	58	693	2251

Tabela 3 - Famílias Beneficiadas pelo PBF na RDS Rio Negro - 2013 a 2016.

Fonte: Relatório de Atividades, FAZ.

O PBF incentiva diversas cadeias produtivas regionais, como açaí, cacau e castanha. Além dessas, na comunidade estudada destaca-se a madeira que conta desde 2009 com recursos do Fundo Amazônia, Banco Bradesco e outros apoiadores. Em 2016, as atividades do projeto incluíram a certificação da madeira manejada, buscando melhorar a extração e agregar valor de mercado ao produto (FAS,2016).

De acordo com dados do Relatório de Atividades de 2016 da FAS Já são cerca de 10 planos de manejo licenciados na RDS Rio Negro, beneficiando 34 famílias.

O PBF tem boa aceitabilidade entre os comunitários que afirmam que houveram mudanças positivas após a implementação.

Além dos benefícios sociais, o Programa tem trazido benefícios ambientais como a diminuição do desmatamento. Dados do Relatório de Atividades de 2016 indicam que diminuiu cerca de 35% o índice de desmatamento nas Ucs pertencentes ao Programa. E ainda, identificou-se a diminuição dos focos de calor (FAS, 2016).

CONCLUSÃO

As ações do Programa Bolsa Floresta tem levado benefícios sociais e ambientais para a Unidade de Conservação estudada, porém, em se tratando de Pagamento de Serviços Ambientais, ainda é necessário realizar reformulações de forma a atender os critérios que preconizam esta ferramenta.

REFERÊNCIAS

ARAUJO JÚNIOR, Miguel Etinguer de, CICILIATO, Rodolfo Xavier. **Os pagamentos por serviços ambientais (psa) como alternativa na construção da sustentabilidade ambiental em países europeus e americanos.** Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, 2012.

BRASIL. **Lei no 3,355, de 26 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a redefinição dos limites territoriais da Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro, Setor Paduari-Solimões, criada pelo decreto n.º 2.646, de 22 de maio de 2001, e cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, e dá outras providências. Diário Oficial [do Estado do Amazonas], Amazonas, página 9, 30 dez. 2008.

FAS. **Fundação Amazônia Sustentável.** Fundo Amazônia aprova apoio ao Programa Bolsa Floresta. 2009. Disponível em: <http://fas-amazonas.org/2009/12/fundo-amazonia-aprova-apoio-ao-programa-bolsa-floresta/>. Acesso em: 08.08.2017

FAS. **Relatório de Atividades 2013.** Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2014/07/Diagrama%C3%A7%C3%A3o-Relat%C3%B3rio-de-Atividades-2013-v.12.pdf>. Acesso em: 08.08.2017

FAS. **Relatório de Atividades 2014.** Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2015/06/relatorio2014final_redux.pdf. Acesso em: 11.08.2017

FAS. **Relatório de Atividades 2016.** Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2016/05/Destaques_-_Relato%CC%81rio-2016-V.9.5.pdf Acesso em: 08.08.2017

FUNDO AMAZÔNIA. **Relatório de Atividades Fundo Amazônia.** 2016. Disponível em: http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Relatorio_Anual/Rafa_2016_portugues_site.pdf. Acesso em: 04.08.2017.

LIMA, Deborah, PERALTA, Nelissa. **Programas de Transferência de Renda em duas unidades de conservação na Amazônia brasileira e Sustentabilidade.** Novos Cadernos NAEA ,p. 43-67, 2016.

SEIFFERT, Mari E. B. **Mercado de carbono e Protocolo de Quioto:** oportunidade de negócios na busca da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Jander Cardenes. **O Programa Bolsa - Floresta:** A Recompensa Financeira Aos Guardiões DAS FLORESTAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS. Dissertação. 2010. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia- PPG/CASA.

PAGIOLA, Stefano (Org.); GLEHN, Carrascosa von; TAFFARELLO, Denise. **Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil.** Sao Paulo, 336p, 2013.

VIANA, Virgílio; TEZZA, João Tezza; SOLIDADE, Valcélia; MAROSTICA, Suelen; SALVIATI, Victor; SOARES, Afrânio. **Impactos do Programa Bolsa Floresta:** uma avaliação preliminar. Inc. soc, Brasília, DF, p.201- 208, 2012.

WUNDER, Sven (Coordenador). **Pagamentos por serviços ambientais:** perspectivas para a Amazônia Legal . Brasília: MMA, 136 p, 2008.

UC SOCIOAMBIENTAL. <https://uc.socioambiental.org/uc/5522>. Acesso em 10.08.2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-27-7



9 788585 107277